



Relatório Atividades do Ciclo de Palestras sobre o enfrentamento e Combate a violência  
contra crianças, mulheres e idosos

**Ciclo I – Dia 22/08 – 4º Módulo: Ministério Público Estadual – Promotor Dr. André Luis Negrão, UNIPAMPA – Profª Adjunta do Curso de Enfermagem**

Dia 22 de agosto do corrente ocorreu o quarto dia de eventos do Ciclo de Debates, proposto pelo Ver. José Clemente da Silva Corrêa, em parceria com a Escola do Legislativo Dr. Homero Tarragó, tendo como temática o enfrentamento e combate à violência contra crianças, mulheres e idosos, conforme requerimentos protocolados sob os nºs 483/LEG/2022 e 633/ADM/2022. Compuseram a mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: Ver. **Marcelo Cardoso Lemos**, Presidente da Escola do Legislativo Homero Tarragó, Ver. **José Clemente da Silva Corrêa** – proponente, Sr. **André Luis Negrão Duarte** - Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual do RS, Srª **Cenir Gonçalves Tier** - Professora Adjunta do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Pampa, Srª **Franciele D'Ambros** - Procuradora do Ministério Público do Trabalho em Uruguaiana. Às 14h15 min. O Ver. Marcelo Lemos, Presidente da Escola do Legislativo – ELHT fez abertura do evento saudou os participantes e passou a condução dos trabalhos ao Ver. José Clemente. O Ver. José Clemente fez suas saudações iniciais, registrou os presentes e acompanhamentos através das redes sociais, após solicitou a apresentação de um vídeo com informações sobre o tema e na sequência passou a palavra do Promotor André Negrão. O Promotor fez uma apresentação sobre a Lei Henry Borel e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e ao Adolescente vítimas de violência doméstica, incluídas as violências contra as pessoas portadoras de deficiência. Apresentou os principais quesitos da Lei nº 13.431/2017, que Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e que alterou a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei 14.344/2022, que Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as





[[  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabeleceu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, destacando os principais pontos de cada legislação na defesa dos direitos e garantias de proteção às vítimas. A profª Cenir Gonçalves Tier, informou que também é integrante do Conselho Municipal do Idoso, relatou as experiências e os atendimentos presenciados pelo Conselho. Explanou sobre a Lei nº 10.741, que Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. Registrou que com as experiências na Universidade, através de trabalhos dos vários bolsistas e alunos com essas temáticas, sente a falta de articulação da rede de atendimento, que o sistema é fragilizado pela falta de profissionais, destacou a dificuldades de psiquiatras/psicólogos na rede pública e a demora nos agendamentos, tornando mais difíceis os tratamentos. Usou da palavra a Procuradora do Ministério Público do trabalho Dra. Franciele Danbrós que ressaltou a importância deste trabalho e a conscientização da comunidade dos seus direitos e busca por ajuda, questões do trabalho infantil que também deve ser debatido. Ficou como demanda deste dia a disponibilização pelos órgãos públicos dos canais de denúncia (e-mail: mpuruguaiana@mprs.mp.br, disk 190 da Brigada Militar, disk 153 da Guarda Municipal, disk 180 central de atendimento à mulher do Ministério da Mulher), a necessidade de criação de programas e campanhas no município para reabilitação dos agressores, que se promovam novos debates e com novas temáticas. Foram abertos espaços para questionamentos e manifestações dos presentes e dos que acompanham através das redes sociais. Foi tratado sobre a problemática recorrente da falta de técnicos peritos no município de Uruguaiana. Ver. Clemente destacou o importante trabalho realizado pelo PROERD, Programa Educacional de Resistência às Drogas que consiste num esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, escolas e famílias e que estará buscando através de Lei específica a inclusão deste programa permanentemente nas escolas municipais. Encerrando o Ver. Clemente fez a entrega da revista elaborada pela Escola do Legislativo aos colaboradores desta tarde.